

Consenso define presidentes de comissões

Os dez colegiados permanentes do Senado escolhem por aclamação seus dirigentes para os próximos dois anos. Já a criação de subcomissões e a escolha de seus presidentes serão decididas a partir de hoje

Após a eleição, realizada ontem no Plenário do Senado, os presidentes das comissões de Justiça, Antonio Carlos Magalhães, e de Relações Exteriores, Heráclito Fortes, anunciaram para as 10h de hoje reuniões que darão início aos trabalhos. A reunião da Comissão de Meio Ambiente está prevista para as 11h30 e tem como objetivo criar subcomissões, segundo seu presidente, Leomar Quintanilha. O presidente do Senado, Renan Calheiros, observou que “as comissões terão um funcionamento qualitativo e suprapartidário em função do consenso e do entendimento”. **Página 2**



Alcineia Alencar

Plenário do Senado reinicia hoje a votação de projetos, depois do acordo que resultou ontem na eleição do comando das comissões permanentes

Senadores priorizam reforma política. Proposta exige desempenho de partidos

Consideradas essenciais ao fortalecimento das agremiações partidárias, mudanças são discutidas por Renan, Raupp, Gilvam e Maciel. **Página 6**

Gerardo Magalhães



Renan sugere agenda para os próximos cem dias

Objetivo, segundo o presidente do Senado, é o aperfeiçoamento institucional, o crescimento da economia e a geração de emprego e renda. **Página 3**

Renan pretende reunir as lideranças para definir os temas que devem ser discutidos pelo Senado



ACM prega união da Câmara e do Senado contra abuso de MPs

O senador Antonio Carlos Magalhães lamentou que, já na primeira sessão deliberativa desta legislatura, os parlamentares sejam “assombrados” pelas medidas provisórias (MPs) trancando a pauta. A avalanche de MPs, segundo ele, impede a votação de outras propostas. **Página 5**

PSB e PT propõem subcomissão para aquecimento global

O Senado Federal pode ter uma subcomissão permanente para acompanhar as providências quanto ao aquecimento global apontado em relatório da Convenção Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. A proposta foi defendida ontem pelo PT e PSB. **Página 8**

Consenso marca escolha de presidentes das comissões

Em reunião conjunta realizada no Plenário do Senado, as dez comissões permanentes da Casa aprovaram, por aclamação, os nomes dos seus novos presidentes. A escolha dos presidentes das subcomissões e a criação de novas subcomissões ocorrerão em reuniões específicas, a partir de hoje.

Imediatamente após a eleição, os presidentes das comissões de Justiça (CCJ), Antonio Carlos Magalhães, e de Relações Exteriores (CRE), Heráclito Fortes, anunciaram para as 10h de hoje reuniões que darão início aos trabalhos. Heráclito antecipou que o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) deverá ser o presidente da Subcomissão da Amazônia, no âmbito da CRE.

A reunião da Comissão de Meio Ambiente (CMA) está marcada para as 11h30 de hoje, com o objetivo de criar novas subcomissões, segundo o seu

presidente, Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

Após sair da reunião de líderes na tarde de ontem, o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, comemorou o resultado do encontro: consenso na escolha dos presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes da Casa.

– Isso quer dizer que as comissões terão um funcionamento qualitativo e suprapartidário em função do consenso e do entendimento – afirmou Renan.

Renan disse que as negociações não foram difíceis, já que o “entendimento, a conversação” foram decisivas para o acordo.

Após reunião da bancada do PMDB, Valdir Raupp (RO) informou que o partido do qual é líder ficará com três comissões permanentes, entre elas a de Ciência, Tecnologia e Comunicações, a ser criada no início desta legislatura. O colegiado deve ser presidido por Wellington Salgado (MG).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A sessão é de caráter deliberativo e tem início às 14h. Entre os projetos de lei em exame, está o que objetiva estabelecer uma melhor fiscalização sobre os fundos de previdência complementar. Consta ainda da pauta a proposta que amplia o âmbito de aplicação do pregão eletrônico.



Subcomissões

A partir das 10h, os parlamentares realizarão reuniões específicas para a escolha dos presidentes de cada subcomissão, e também para a extinção ou criação de subcomissões.

Quem são os novos dirigentes

CRE

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



Presidente
Heráclito Fortes
(PFL-PI)



Vice-presidente
Eduardo Azeredo
(PSDB-MG)

CDR

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo



Presidente
Lúcia Vânia
(PSDB-GO)



Vice-presidente
Jonas Pinheiro
(PFL-MT)

CMA

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle



Presidente
Leomar Quintanilha
(PMDB-TO)



Vice-presidente
Marisa Serrano
(PSDB-MS)

CRA

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária



Presidente
Joaquim Roriz
(PMDB-DF)



Vice-presidente
Expedito Júnior
(PR-RO)

CDH

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



Presidente
Paulo Paim (PT-RS)



Vice-presidente
Cícero Lucena (PSDB-PB)

CCJ

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Presidente
Antonio Carlos Magalhães
(PFL-BA)



Vice-presidente
Valter Pereira
(PMDB-MS)

CAS

Comissão de Assuntos Sociais



Presidente
Patrícia Saboya (PSB-CE)



Vice-presidente
Rosalba Ciarlini (PFL-RN)

CE

Comissão de Educação



Presidente
Cristovam Buarque (PDT-DF)



Vice-presidente
Gilvam Borges (PMDB-AP)

CI

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura



Presidente
Marconi Perillo (PSDB-GO)



Vice-presidente
Delcídio Amaral (PT-MS)

CAE

Comissão de Assuntos Econômicos



Presidente
Aloizio Mercadante (PT-SP)



Vice-presidente
Eliseu Resende (PFL-MG)

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin,

Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e

Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

(61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal,

20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Alvaro Dias, Efraim Morais, Flexa Ribeiro e Mão Santa

Mozarildo faz balanço de sua atuação como líder do PTB

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) fez ontem um rápido balanço em Plenário sobre sua atuação como líder do partido no biênio 2005/2006, função que passa a ser exercida pelo senador Eptácio Cafeteira (PTB-MA). Embora admita ter apoiado muitas medidas propostas pelo governo Lula, Mozarildo também apontou discordância com algumas delas, como a Lei de Gestão de Florestas Públicas, que considera nociva aos interesses do país.

– Procurou-se impor à gestão das florestas públicas o ponto de vista apenas de um grupo, que diz saber a verdade sobre o assunto – protestou, salientando que especialistas em meio ambiente já fazem críticas à nova regulação das florestas públicas.

Mozarildo comentou ainda o recente ingresso do senador Fernando Collor de Mello (AL) no partido. Ele frisou que essa adesão não representa uma “acomodação fisiológica” de quem se elegeu por um partido pequeno, no caso o PRTB, e procura uma legenda maior para sua atuação parlamentar. A decisão de Collor, explicou, guarda relação com



Mozarildo diz que apoiou projetos do governo, mas se opôs a lei sobre florestas

a história política de seu avô, Lindolfo Collor, ministro do Trabalho no primeiro governo Vargas (1930-1945) e autor de leis trabalhistas que passaram a integrar, em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Ainda sobre o assunto, Mozarildo adiantou que o partido irá realizar o Congresso Trabalhista Brasileiro, de 7 a 10 deste mês, em Brasília, quando será discutida a reforma da CLT, proposta que não conta com o apoio do PTB.

Em aparte, o senador César Borges (PFL-BA) saudou Mozarildo pela conquista de um novo mandato de senador nas eleições do ano passado.

Projeto de Efraim estimula doação voluntária de sangue

A Comissão de Educação (CE) deve examinar em uma de suas próximas reuniões projeto de lei (PLS 312/06) de autoria do senador Efraim Morais (PFL-PB) que estimula a doação voluntária e gratuita de sangue. A proposta, esclarece Efraim, tem por meta reverter o atual quadro de insuficiência de sangue e hemoderivados em todo o país, considerado por ele caótico.

Dados do Ministério da Saúde dão conta de que o Brasil necessita de 5.500 bolsas de sangue por dia, sendo que os principais hemocentros do país trabalham com déficit de 60%. Já as estatísticas da Organização Mundial da Saúde (OMS), observou Efraim na justificação do projeto, revelam que há um déficit de 600 mil doadores de sangue no país.

Benefício

De acordo com o projeto, o estímulo à doação de sangue começará pelos presos condenados a regime fechado ou semi-aberto. Em troca, o prisioneiro que doar sangue terá direito à diminuição da pena, a ser declarada pelo juiz da Vara da Execução Penal, após ouvido o Ministério Público.



Proposta de Efraim beneficia empresas cujos empregados forem doadores

As empresas que tiverem doadores voluntários de sangue no seu quadro de pessoal também serão beneficiadas com o projeto. É que nas licitações públicas, no caso de empate, ganhará a empresa em que, nos últimos cinco anos, pelo menos 10% de seus empregados foram doadores voluntários. A proposta também estimula as escolas públicas e privadas, além das universidades, a disseminarem informações referentes à doação de sangue.

Se aprovado, o projeto vai para análise das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), onde será votado em decisão terminativa.

Presidente do Senado anuncia que buscará entendimentos necessários para definir prioridades nas votações dos projetos que tramitam na Casa

Renan quer definir com líderes agenda dos próximos cem dias

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que buscará construir com os líderes partidários uma agenda de trabalho para os próximos cem dias, com o propósito de estabelecer prioridades nas votações dos projetos que tramitam na Casa.

– Precisamos discutir os próximos cem dias do ponto de vista da sociedade, do Parlamento e dos outros Poderes da República, buscando convergência também no âmbito dos trabalhos das comissões permanentes do Senado Federal – afirmou, enquanto presidia os trabalhos no Plenário.

Mais cedo, ao sair de reunião com os líderes dos partidos no Senado, Renan disse em entrevista aos jornalistas que essa agenda deve priorizar o aperfeiçoamento institucional, o crescimento da economia, a criação de empregos e a geração



Renan: Senado deve integrar esforços da sociedade e dos outros Poderes

de renda.

Indagado sobre a hipótese de o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) enfrentar dificuldades de aprovação no Congresso, Renan declarou que fará tudo para unir governo, oposição e parlamentares, para que o Legislativo delibere sobre uma agenda que, conforme enfatizou,

é do país, não do Executivo.

– O objetivo de todos é o crescimento sustentado, e acho que é isso que devemos perseguir – declarou.

Vencimentos

Por entender que Legislativo, Executivo e Judiciário devem conviver com respeito, harmonia e independência, Renan disse que não discutirá o comentário do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Marco Aurélio Mello, a respeito dos vencimentos pagos aos integrantes dessas instituições. Numa entrevista em São Paulo, Marco Aurélio declarou que trocava seu vencimento pelo dos parlamentares, alegando que estes recebem mais vantagens.

– É muito importante que tenhamos equilíbrio e bom senso e não deixemos que isso descambe para um desentendimento entre Poderes – afirmou.

Almeida Lima contesta declaração de ministro

Almeida Lima (PMDB-SE) protestou contra a declaração do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio Mello, de que senadores e deputados federais têm subsídios superiores aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) que também integram o TSE – caso dele –, e que hoje é considerado o teto salarial do funcionalismo público (cerca de R\$ 24,5 mil).

– Gostaria de saber da Mesa e do presidente [do Senado] quem recebe o excesso do meu salário,

já que, conforme o ministro, eu recebo mais que ele. Não conheço essa matemática – questionou o senador por Sergipe.

Segundo Almeida Lima, Marco Aurélio teria reagido diante de manifestações de congressistas favoráveis à criação de mecanismos legais para o congelamento dos salários dos ministros do STF, o que para o ministro seria ilegítimo, uma vez que parlamentares receberiam maiores salários.

O senador comparou os valores brutos e líquidos de ambas as categorias e concluiu que os

ministros do Supremo recebem, líquido, cerca de R\$ 9 mil a mais que os parlamentares.

– É preciso que o ministro Marco Aurélio Mello diga ao povo brasileiro de onde nós recebemos mais que os ministros do STF, pois fica a imagem do Parlamento muito pior do que já está diante do povo brasileiro – reclamou Almeida Lima. Ele defendeu um aumento salarial para os parlamentares que cubra a inflação do período e seja equivalente aos aumentos recebidos pelos trabalhadores brasileiros.

Valadares exalta clima democrático na escolha do presidente do Senado

O “espírito democrático” que norteou as eleições para presidente do Senado recebeu elogios de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Ele referiu-se principalmente ao “comportamento digno” dos candidatos, senadores Renan Calheiros (PMDB-AL), que venceu o pleito, e José Agripino (PFL-RN).

– Foi uma eleição em clima de respeito mútuo, entre dois

bons candidatos cuja experiência parlamentar é inquestionável – disse Valadares, ressaltando que Renan foi reconduzido por méritos próprios ao mais alto posto do Senado e do Congresso Nacional, “em reconhecimento à sua atuação nos dois anos anteriores”.

Valadares também elogiou José Agripino, a quem qualificou como “um estadista”, pela ma-



Antônio Carlos Valadares ressalta o “comportamento digno” de candidatos

neira serena como se comportou durante a campanha e depois do resultado da eleição.

Plano de crescimento movimentou o debate no Senado

O debate em torno do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) voltou a movimentar o Plenário na segunda sessão do Senado deste ano, com pronunciamentos de apoio ou de críticas ao plano, anunciado há duas semanas pelo governo federal. Em defesa do PAC, Roberto Casagrande disse que o Brasil está menos vulnerável às crises econômicas interna-

cionais e que o cenário é favorável ao crescimento do país. Por sua vez, Almeida Lima classificou o programa de uma “farsa atabalhoada” e pregou uma reforma do Estado para “viabilizar uma república federativa com as características que lhe são peculiares”. Heráclito Fortes expressou preocupação com a possibilidade de o plano se transformar num “paquiderme”, por não contem-

plar a agricultura. Já Flexa Ribeiro lamentou o fato de o governo não ter anunciado medidas que impliquem aumento do repasse de recursos aos estados. Finalmente, Edison Lobão defendeu a inclusão, no programa, das nove reivindicações formuladas pelos governadores nordestinos no documento Carta de Natal, em que pedem tratamento diferenciado para a região.



Renato Casagrande

Reforma do Estado é indispensável para crescimento do país

Ao criticar o Programa de Aceleração do Crescimento, o senador Almeida Lima (PMDB-SE) declarou em Plenário que o pacote é uma “farsa atabalhoada”.

– É a melhor definição que o nosso vernáculo oferece para bem caracterizar o conteúdo do PAC.

Ele perguntou como o governo pode anunciar maior crescimento quando “produz superávit primário apenas para pagar o serviço da dívida; gasta mal, é perdulário e corrupto; pratica a maior taxa de juros do mundo; e cobra uma das maiores cargas tributárias”.

Almeida Lima disse ainda que o governo não reduziu as desigualdades regionais e sociais que poderiam fortalecer e ampliar o mercado consumidor interno.

– Medidas econômicas são necessárias e importantes, mas somente quando o ambiente interno do país está preparado para recebê-las, o que não é o caso do Brasil – argumentou o parlamentar, para quem é indispensável a reforma do Estado.

Almeida Lima afirmou que tal reforma viabilizaria “uma república federativa com as características que lhe são peculiares, como a descentralização de poderes entre estados e municípios”.

– Aí sim, conseguiremos desatrar o país, cortar suas amarras e avançar para o desenvolvimento – salientou, ao ressaltar que não se pode confundir a reforma do Estado por ele defendida com a reforma político-eleitoral e partidária.



Almeida Lima



Heráclito Fortes

PAC não dedica sequer uma linha ao setor agrícola

Heráclito Fortes (PFL-PI) observou em seu pronunciamento que o Programa de Aceleração do Crescimento, lançado pelo governo federal no fim de janeiro, não contempla o setor agrícola.

O senador expressou sua preocupação com a possibilidade de o PAC se transformar “num paquiderme, por não trazer alento para a agricultura”, considerada no primeiro mandato do presidente Lula como uma das principais vertentes de estabilização da economia, lembrou Heráclito.

– Não podemos admitir que um programa como o PAC não tenha uma linha sequer para dar garantia e segurança àqueles que investem na pecuária. Que não tenha sequer recursos destinados a montar um cinturão sanitário para proteger os rebanhos brasileiros ameaçados pelas pestes que singram pelo mundo.

Ao condenar o “ímpeto autoritário” de declarações de ministros do governo Lula não admitindo a possibilidade de alterações no programa, Heráclito defendeu a necessidade de “correção das imperfeições” do plano pelo Congresso Nacional, “para que se torne viável”.

O parlamentar criticou ainda o fato de o PAC não reservar recursos para obras no Porto de Raimundo Nonato e no aeroporto da cidade de Parnaíba, importantes pólos turísticos de seu estado. Ele foi apoiado em aparte pelo senador Mão Santa (PMDB-PI).

Plano acerta no diagnóstico, mas erra na terapia

“O Programa de Crescimento Econômico acerta no diagnóstico, porém erra na terapia”, afirmou Flexa Ribeiro (PSDB-PA), para quem as medidas anunciadas pelo governo são insuficientes.

Na avaliação do senador, não está clara a origem dos recursos que financiarão os investimentos públicos. Ele lamentou o fato de, no caso do setor privado, o governo ter enfatizado apenas o aumento de crédito para as empresas que já dispõem de recursos.

Flexa Ribeiro criticou ainda o fato de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não ter anunciado medidas que impliquem aumento do repasse dos recursos federais para os estados.

O parlamentar cobrou do governo a efetiva execução das obras previstas para o Pará no âmbito do PAC. Citou a conclusão dasclusas de Tucuruí e a pavimentação da Santarém-Cuiabá (BR-163) e da Transamazônica (BR-230) como empreendimentos que são aguardados há mais de 20 anos pela população do estado.

– O Pará é duplamente prejudicado pela Federação ao contribuir com o segundo maior saldo da balança comercial entre os estados e não ser atendido com a restituição do ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços] que deixa de arrecadar. Defendo a regulamentação da Lei Kandir, que garante essa compensação aos estados – afirmou.



Flexa Ribeiro



Edison Lobão

Inclusão dos pleitos dos governadores da região Nordeste

Edison Lobão (PFL-MA) pediu ao presidente Lula que inclua nove reivindicações de governadores do Nordeste no Programa de Aceleração do Crescimento. Os pleitos foram expressos no documento denominado Carta de Natal.

O parlamentar comentou cada uma das reivindicações dos governadores nordestinos, entre elas o tratamento diferenciado para a região.

– Penso não ser preciso repetir que tal demanda se justifica pelo fato de a região ainda se encontrar atrás das outras em termos de desenvolvimento econômico e social. Uma aceleração do crescimento econômico que aprofunde ou mesmo mantenha inalterada essa defasagem do Nordeste é considerada por nós nordestinos como inaceitável do ponto de vista do valor fundamental da Justiça.

Outras reivindicações expressas na Carta de Natal e comentadas por Lobão incluem a definição de fontes permanentes de recursos para a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a inclusão das contribuições, e não apenas dos impostos, na base de cálculo dos tributos que devem ser partilhados entre a União, estados e municípios.

Lobão destacou “a boa disposição do governo” para dialogar e levar em consideração os reclamos dos estados com relação a alterações no Programa de Aceleração do Crescimento.

Voto de pesar pela morte de esposa de ex-senador

Em conjunto com os senadores Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Heráclito Fortes (PFL-PI), o senador Marco Maciel (PFL-PE) apresentou ontem requerimento de voto de pesar pela morte de Virgínia Guerra, esposa do ex-senador e ex-governador de Pernambuco Paulo Pessoa Guerra, também

já falecido.

– O Senado não poderia deixar de manifestar-se para expressar o sentimento de toda a comunidade pernambucana pelo passamento de dona Virgínia Guerra, que foi, ao longo de quase 50 anos, companheira do falecido ex-senador Paulo Pessoa Guerra – assinalou Marco Maciel.

Jayme Campos diz que sua atuação será “uma trincheira do liberalismo”

Ao discursar pela primeira vez no Plenário do Senado, o senador Jayme Campos (PFL-MT) declarou ontem que fará da sua atuação parlamentar “uma trincheira do liberalismo e da luta pelo desenvolvimento econômico e social da nação”. Ele também defendeu investimentos em infra-estrutura – principalmente em logística –, a redução da carga tributária e a adoção de uma política de juros “mais equilibrada”.

Para o senador, esses investimentos podem impulsionar o crescimento econômico e uma maior participação da iniciativa privada.

Jayme Campos afirmou ainda que, em relação ao estado que representa, Mato Grosso, pretende apoiar a implantação de obras como a duplicação da BR-364, no trecho entre Rondonópolis e



Luta pelo desenvolvimento econômico e social está nos planos de Jayme Campos

Posto Gil, passando por Cuiabá; a pavimentação das rodovias BR-163 e BR-158; e a extensão dos trilhos da Ferrovia Vicente Vuolo.

O senador lembrou também de sua experiência como governador de Mato Grosso e como prefeito – por três vezes – do município de Várzea Grande.

Secretário-geral da Mesa do Senado é indicado para integrar o TCU

Foi apresentado ontem o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 1/07, apoiado por vários senadores, indicando o atual secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro, para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). O projeto foi encaminhado para apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Carreiro poderá ocupar a vaga deixada pelo ministro Iram de Almeida Saraiva, que se aposentou em 2003, vaga esta que deve ser preenchida por escolha do Senado. No ano passado, o ex-senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) foi indicado para o posto, mas o projeto (PDS 517/06) foi retirado a pedido do próprio.

A justificativa do projeto informa que “o indicado preenche os requisitos exigidos pela Cons-

tituição” e destaca seus “notórios conhecimentos jurídicos” e “notórios conhecimentos de administração pública”.

“Nos últimos 12 anos, ininterruptos, ele exerceu com dedicação, competência e louvor a função de secretário-geral da Mesa do Senado Federal, com o testemunho de todos nós sobre suas habilidades e conhecimentos jurídicos, orçamentários e de administração pública”, dizem os senadores.

O maranhense Raimundo Carreiro é bacharel em Direito, analista legislativo especializado em Orçamentos Públicos e ocupa o posto de secretário-geral da Mesa do Senado Federal desde fevereiro de 1995. No Poder Executivo, foi vice-presidente do Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).



Procedimento é “descolado da realidade”, diz Ideli, relatora do PDS

Aprovada programação monetária do quarto trimestre de 2006

O Senado aprovou ontem parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao PDS 435/06, projeto de decreto legislativo que trata da programação monetária do quarto trimestre do ano passado elaborada pelo Banco Central.

Relatora da proposta na CAE, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

crítica, em seu parecer, “a caducidade do procedimento de aprovação da programação monetária pelo Senado”. Segundo ela, embora a política monetária tenha sido alterada, a Lei do Plano Real (Lei nº 9.069/95) não o foi. Com isso, o que ocorre, avalia, é o cumprimento de “um rito legal descolado da realidade”.

Avalanche de medidas provisórias, na avaliação do senador, impede que o Legislativo examine outras propostas importantes, como as medidas contra a violência

ACM sugere ação conjunta de Senado e Câmara contra MPs

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse ontem, em discurso, que as duas Casas do Congresso Nacional precisam andar em sintonia para dar um basta ao uso abusivo de medidas provisórias (MPs) sobre matérias sem urgência ou relevância. O parlamentar lamentou que, já na primeira sessão deliberativa desta legislatura, os parlamentares estejam sendo “assombrados pela presença de medidas provisórias trancando a pauta”.

Antonio Carlos protestou contra a morosidade da tramitação, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, da proposta de emenda à Constituição (PEC 511/06) que limita a edição de MPs. Apresentada em fevereiro do ano passado, a matéria, em sua opinião, “reflete o pensamento majoritário” do Senado e propõe “saídas para a avalanche de medidas provisórias”.

Essa situação, segundo o sena-



Proposta em exame “reflete pensamento majoritário da Casa”, diz Antonio Carlos

dor, impede que sejam votadas matérias como as que foram propostas quando explodiram os episódios de violência em São Paulo, no ano passado.

– Em tempo recorde, menos de uma semana, os membros da CCJ e, em seguida, deste Plenário, discutiram e votaram 11 projetos importantíssimos tratando de segurança pública. Ainda em junho, todos os projetos foram

encaminhados à Câmara dos Deputados. Para nossa perplexidade, desde então estão todos praticamente parados – protestou o parlamentar.

Antonio Carlos frisou que “o Brasil precisa, mais do que nunca, firmar-se pelo seu Congresso”.

Requerimentos

O senador apresentou voto de congratulações à família Civita e ao Grupo Abril pelo centenário de Victor Civita, fundador do grupo. Nascido em 1907, em Nova York, Civita, nas palavras do senador, “foi italiano por toda a vida, mas, para nossa sorte, a partir 1950, também brasileiro”. O empresário faleceu em 1984. Romeu Tuma (PFL-SP) também assinou o requerimento.

Antonio Carlos também apresentou voto de congratulações ao corpo diretivo, médico e funcional do Hospital Português da Bahia, pelo transcurso dos 150 anos daquela instituição.

Plenário discute regras para fiscalização de fundos

O Plenário do Senado iniciou ontem a discussão de proposta de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios que estabelece regras para assegurar uma melhor fiscalização dos fundos de previdência complementar.

A proposição (PLS 229/06 – complementar) será submetida hoje à segunda sessão de discussão em primeiro turno.

Devido à apresentação de

requerimento em Plenário, de autoria da líder do Bloco de Apoio ao governo, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), quatro outros projetos oriundos da CPI dos Correios que figuravam na pauta da ordem do dia tiveram sua tramitação suspensa para que sejam, antes, apreciados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

As propostas encaminhadas ao exame da Comissão de

Justiça foram as seguintes: PLS 225/06, que altera a Lei 9.613/98; PLS 226/06, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei 2.848/40 (Código Penal); PLS 227/06, que altera dispositivos da Lei 8.666/93, ampliando o âmbito de aplicação do chamado pregão eletrônico; e o PLS 228/06, que institui o Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público.

Presidente do Senado se compromete a discutir com líderes e com Chinaglia sobre como mobilizar os partidos para que as duas Casas do Congresso priorizem a discussão da reforma política, “um anseio da sociedade”



Para Maciel, redução do número de partidos contribui para a governabilidade

Maciel apresenta PEC sobre cláusula de desempenho

Marco Maciel (PFL-PE) apresentou ontem proposta de emenda à Constituição que trata da cláusula de desempenho, ou cláusula de barreira, destinada a autorizar distinções entre partidos políticos para fins de funcionamento parlamentar com base no seu desempenho eleitoral.

A PEC 2/07 propõe estabelecer distinções entre os partidos que obtenham um mínimo de 5% de todos os votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados – distribuídos em, pelo menos, um terço dos estados, com um mínimo de 2% dos votos válidos de cada um desses estados na mesma eleição – e aqueles partidos que não atinjam esse patamar. A proposta prevê ainda que a cláusula entre em vigor no dia 1º de janeiro de 2010.

O líder do PFL, José Agripino (RN), declarou que defenderá a PEC, pois os partidos políticos terão de passar por uma reforma ampla no país. Maciel lembra que o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucionais, em dezembro do ano passado, os artigos da Lei 9.096/05, que impunham restrições ao funcionamento dos partidos que não alcançassem, na eleição para a Câmara, certo patamar de votos. A decisão impediu que a cláusula de desempenho vigorasse a partir de fevereiro deste ano, como previsto.

Marco Maciel registrou ainda que medidas com restrições aos partidos vigoram atualmente em 44 países que buscam reduzir o número de legendas, o que contribui para a governabilidade e a racionalidade da cena política, e declara que a proposta carrega uma “rica história de proteção aos direitos políticos”, justificando que cabe agora, ao Congresso Nacional, restaurá-la.

Reforma política é a prioridade na agenda do PMDB, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, deixou a reunião em que o PMDB discutiu as indicações para as comissões permanentes da Casa dizendo que a prioridade do partido é a reforma política. Ele declarou que essa reforma é básica para o fortalecimento dos partidos e dos programas partidários, e para fazer o país avançar.

– Cada um aqui falou da necessidade de defender uma agenda, de priorizá-la. A bancada toda entende que a reforma política deve ser tratada prioritariamente, para que haja a substituição do sistema político, do sistema eleitoral. Essa é uma coisa que a sociedade compreende como necessária, e mais do que nunca precisa ser feita – ressaltou.

Questionado sobre as razões pelas quais os projetos relacionados à reforma política já votados no Senado continuam aguardando deliberação na Câmara, Renan disse que ainda será discutido com os líderes partidários o que deverá ser feito para que os deputados votem essas matérias.

Produzidas por uma comissão de juristas constituída pelo Tribunal Superior Eleitoral e enviadas pelo TSE ao Senado no ano passado, essas propostas iniciaram sua tramitação tendo Renan como primeiro signatário. Ele anunciou que conversará sobre o assunto

Raupp considera que partido está credenciado para postular mudanças

O líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), afirmou que o partido vai fazer da reforma política uma prioridade nesta legislatura.

O senador destacou que o PMDB saiu fortalecido na nova composição tanto do Senado quanto da Câmara, o que o credencia a postular as mudanças necessárias na legislação político-eleitoral.

Depois de agradecer aos senadores do partido sua escolha para o cargo de líder, Raupp ressaltou a recente participação do PMDB na aprovação de propostas importantes, como as parcerias público-privadas (PPPs), o Projeto Piloto de Investimentos (PPI) e a Lei de



Renan: mudanças nos sistemas político e eleitoral são básicas para fortalecer os partidos

com o novo presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia.

– Chegou o momento de derrubarmos o muro virtual e cuidarmos das votações. Tivemos dois anos inusitados de crise. O Senado já votou uma reforma política profunda, com lista partidária, proibição de coligação proporcional, financiamento público, mas isso tudo foi votado como consequência da reforma, não como primeiro passo dela. Agora, nós temos um calendário. Vamos marcar uma reunião de líderes – adiantou Renan.

O presidente do Senado explicou que esses entendimentos poderão ser construídos como no passado, realizando-se o máximo de discussões em busca de acordos.

– Vamos reunir os presidentes dos partidos, envolver os líderes partidários nessa discussão, ver se

precisamos concomitantemente votar alguma coisa no Senado ou mobilizar os partidos para que eles priorizem isso também na Câmara – assinalou.

Ele afirmou ainda que não discute ministérios com o governo. Lembrou que a reforma ministerial é assunto exclusivo dos partidos que formam a base de apoio ao governo.

– A minha função no partido não é partidária, é institucional. Tenho uma relação com o presidente da República, mas absolutamente institucional, de Poder para Poder. Eu não vou tratar da relação do PMDB com o governo. Esse papel não cabe a mim. Nessa reunião, o que se discutiu foi o que fazer com relação à conjuntura, como encaminhar essa plataforma do partido, como priorizar a discussão da reforma política – resumiu Renan.



Raupp resalta a participação do PMDB na aprovação de importantes propostas

vai lutar ainda pelo permanente fortalecimento da Federação e pelo equilíbrio federativo, propondo, inclusive, alterações que visem melhorar o Orçamento.

– Espero estar à altura do trabalho que me aguarda, tarefa que será tanto mais fácil quanto mais unido e coeso estiver o PMDB – declarou o parlamentar.



Gilvam considera fragilidade dos partidos principal problema da vida política do país

Gilvam defende fidelidade partidária e voto distrital misto

Na opinião de Gilvam Borges (PMDB-AP), o projeto de reforma política a ser discutido este ano pelo Congresso deverá incluir a fidelidade partidária – “para inibir a criação de partidos de aluguel” – e criar a figura do voto distrital misto, entre outras mudanças que visem, sobretudo, dar mais credibilidade ao Parlamento.

O senador diz que “há muito foi diagnosticado que a fragilidade dos partidos é o principal problema da vida política nacional”.

– Essa é a hora de fazer a reforma. Já começa a pressão da opinião pública. Não dá mais para postergar o assunto. A reforma política determinará os avanços na economia que a sociedade espera para os próximos anos – afirma Gilvam Borges.

CAS examinará ampliação do crédito consignado

O direito de contratar empréstimo consignado em folha de pagamento pode ser estendido aos cerca de 2,4 milhões de idosos e pessoas com deficiência atendidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), se aprovado projeto em pauta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Atualmente, apenas assalariados na ativa, aposentados e pensionistas estão autorizados a solicitar essa modalidade de crédito.

Na CAS, a proposta (PLS 27/06), de autoria de Paulo Paim (PT-RS), conta com parecer favorável do relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), e receberá decisão terminativa. Paim afirma que o crédito consignado representa a possibilidade de empréstimos com “taxas mais justas” para idosos e deficientes carentes. Ao mesmo tempo, avalia, haverá ganhos para a economia mediante o ingresso no mercado consumidor de pessoas com nível de renda que inibe sua capacidade de poupança.

Paim propõe a criação de escola técnica federal em Erechim

Paulo Paim (PT-RS) apresentou projeto para criar a Escola Técnica Federal de Erechim (RS), como forma de dinamizar na região a educação profissional e tecnológica, parte do processo integral de formação dos trabalhadores.

Na justificativa do primeiro projeto apresentado no Senado

este ano (PLS 01/07), o senador defende a formação profissional de trabalhadores, voltada à qualificação para o trabalho e para o desenvolvimento de ações empreendedoras face aos desafios da globalização.

Segundo Paim, Erechim conta com 700 indústrias e tem uma forte atividade comercial.

Azeredo sugere ouvir diplomata sobre críticas à política do Itamaraty

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) anunciou que apresentará à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) requerimento para que o embaixador Roberto Abdenur seja convidado a esclarecer as afirmações feitas em entrevista à *Veja*, publicadas na última edição da revista. A CRE realiza hoje sua primeira reunião do ano. De acordo com *Veja*, o embaixador teria dito que a política externa do Itamaraty é pautada pelo anti-americanismo e pela exigência de alinhamento ideológico dos diplomatas.

– Abdenur afirma, de forma coarajosa, que generalizou-se a idéia de que as promoções ocorrem por afinidade político-ideológica, não por competência – disse o senador, assinalando que nem durante o regime militar ocorreu



Azeredo propõe que CRE chame Roberto Abdenur para esclarecer entrevista à *Veja*

semelhante situação.

Azeredo destacou os erros da política externa brasileira listados pelo embaixador, como a valorização por afinidades ideológicas do eixo Sul-Sul, em detrimento do diálogo Norte-Sul. O senador lembrou que o embaixador Roberto Abdenur tem 44 anos de carreira.

Entrevista de Abdenur foi “no mínimo inoportuna”, diz Crivella

“Talvez o momento mais difícil de qualquer carreira seja o de não saber o momento de parar ou como sair de cena.” A afirmação foi feita pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), referindo-se à entrevista concedida à *Veja* pelo diplomata Roberto Abdenur, ex-embaixador do Brasil nos Estados Unidos, que se aposentou na semana passada. Para o parlamentar, a entrevista foi “no mínimo inoportuna e, na pior das hipóteses, impertinente, ingrata e prejudicial aos interesses nacionais”.

– É estranho que um alto funcionário do Itamaraty tenha esperado se aposentar para atacar a política de sua casa. É estranho quando se verifica que as acusações são genéricas, subjetivas e que, talvez, sejam fruto de alguma divergência pessoal – afirmou.

Em aparte, Edison Lobão



Para Crivella, críticas do ex-embaixador podem ser fruto de divergência pessoal

(PFL-MA) também lamentou as declarações de Abdenur e solidarizou-se com o Itamaraty. Ele confessou que o incomoda tudo o que represente desgaste e menosprezo àquela casa. Lembrando a atuação do Barão do Rio Branco, o senador Mão Santa (PMDB-PI) destacou que o Itamaraty sempre teve um papel importante na história do país.



Malta afirma que apresentará projeto para “corrigir distorção” na lei atual

Malta quer restabelecer pena de prisão para usuários de drogas

A nova Lei Antidrogas foi criticada ontem pelo senador Magno Malta (PR-ES), que condenou o fim da aplicação da pena de prisão para usuários de drogas. Ele informou que apresentará projeto de lei com o objetivo de “corrigir essa distorção”.

– Toda cocaína tem sangue, todo crack tem sangue. Todo

papelote cheirado deixou viúva pelo caminho – frisou.

Malta elogiou matéria da jornalista Cláudia Feliz, do jornal *A Gazeta*, de Vitória, que entrevistou o delegado Daniel Veras, para quem a atual legislação “só ajuda o crime”. O senador manifestou sua alegria por não estar “falando sozinho”.

Para o senador, a promessa de alfabetizar 20 milhões de brasileiros feita pelo presidente Lula em seu primeiro mandato “não passou de peça de marketing”

César Borges: governo não cumpre meta de erradicar analfabetismo

O senador César Borges (PFL-BA) comentou ontem, em Plenário, matéria do jornal *Folha de S. Paulo* que aponta o não-cumprimento de meta do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de erradicar o analfabetismo do país.

– Lamentavelmente, o que ocorre é que, dos quase 15 milhões de analfabetos, só 3,2% estão estudando – afirmou.

César Borges lembrou que, em setembro de 2003, a *Folha de S. Paulo* noticiava o lançamento do programa Brasil Alfabetizado, o qual previa a alfabetização de 20 milhões de brasileiros até 2006. Segundo matéria citada pelo senador, houve a redução de apenas 213 mil analfabetos, até 2005.

– Tudo não passou de peça de marketing, como outras ações do



De acordo com César Borges, o governo não dá a atenção necessária à educação

governo – assinalou.

Enquanto matéria publicada ontem pelo jornal *O Estado de S. Paulo* coloca o Brasil no 72º lugar em ranking da educação formulado pela Unesco, números divulgados pela *Folha de S. Paulo* revelam que os gastos do gover-

no Lula com saúde e assistência social, além de despesas com cartões corporativos, aumentaram 52,2% em 2006, quando comparados com 2005. Os dados foram citados pelo senador, que disse esperar o cumprimento das metas anunciadas pelo presidente.

Em aparte, Marconi Perillo (PSDB-GO) alertou para o déficit de 1,8 milhão de professores no ensino fundamental até 2010. Tião Viana (PT-AC) ressaltou avanços como a aprovação do Fundeb e a oferta de merenda escolar a 37 milhões de crianças, medidas também endossadas por Renato Casagrande (PSB-ES).

Já o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que a erradicação do analfabetismo não é prioridade do atual governo porque “não dá voto”.

Agripino pede redução da carga tributária sobre material escolar

O líder do PFL, senador José Agripino Maia (RN), dando sequência ao tema tratado pelo colega de partido César Borges (BA), considerou excessiva a carga tributária sobre material escolar e fez um apelo ao governo para que providencie sua desoneração.

– Se Lula quer bem aos pobres, tem a obrigação de pegar a planilha que vou mandar e pedir ao seu ministro da Educação, ao seu ministro das finanças, ao seu ministro do Planejamento e à ministra da Casa Civil que façam justiça – apelou.

Agripino chamou a atenção para a prioridade que foi dada

à educação pelo então presidente Fernando Collor de Mello, quando implantou os centros de atenção integral à criança (Caics), e lembrou que, naquele período (1990-1992), era governador e implantou em seu estado o único Caic esportivo.

Segundo o senador, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou uma série de medidas provisórias que desoneraram setores como a construção civil e permitiram a compra e venda de imóveis, entre outros benefícios. Porém, acrescentou, o presidente da República não se preocupou em diminuir a carga fiscal inci-



Governo desonera o setor imobiliário e esquece a educação, diz Agripino

dente sobre a educação.

O parlamentar apresentou dados do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) segundo os quais o caderno tem uma carga de 39,16% em impostos; a agenda escolar, 44,45%; a régua, 45,85%; e a mochila, 40,82%.

Após instalação definitiva do Parlamento do Mercosul, prevista para 26 de março, nova comissão mista no Brasil poderá deliberar sobre matérias ligadas ao bloco

Congresso deve dar tratamento diferenciado para o Mercosul

As chamadas normativas Mercosul – regras comuns adotadas para o conjunto de países que o compõem – e os acordos internacionais que envolvem o bloco poderão passar a ter um tratamento diferenciado em sua tramitação no Congresso Nacional. Este é um dos objetivos de uma nova resolução conjunta da Câmara e do Senado, ainda sob análise nas duas Casas, que vai substituir a Resolução nº 1, de 1996, por meio da qual se estabeleceram as atribuições da atual representação brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM).

Após a instalação definitiva do Parlamento do Mercosul, prevista para 26 de março, em Montevidéu,



o órgão deverá ser ouvido antes da assinatura de novas normativas e de novos acordos com outros países que envolverem o bloco, e a CPCM será extinta. Além disso, o parlamento passará a consultar os chamados “enlaces” nacionais – as atuais representações em cada país membro – antes de dar o seu aval. Como os parlamentares de cada país já terão sido

ouvidos em uma primeira etapa, acredita-se que a tramitação final de cada normativa ou acordo poderá ser muito mais rápida do que atualmente.

Por isso, as normativas e acordos diretamente relacionados ao Mercosul poderão passar a ser analisados diretamente pela comissão que substituirá a atual representação brasileira da CPCM. Ao contrário do que ocorre hoje, a nova comissão não faria apenas recomendações às comissões permanentes da Câmara e do Senado, segundo os estudos em andamento. Ela passaria a ser uma comissão mista permanente, com poder deliberativo, e a comissão principal na tramitação de matérias ligadas ao Mercosul.

Suplicy relata viagem à China e destaca seu progresso econômico

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez um breve relato de recente viagem à República Popular da China, país no qual esteve pela primeira vez, em 1976, como correspondente do jornal *Folha de S. Paulo*. Ele se disse impressionado com o progresso da China, que conseguiu conciliar estabilidade econômica com altos índices de crescimento. Ressaltou que o país vem apresentando, nos últimos 20 anos, taxa média anual de crescimento de 9%, acompanhada por um índice inflacionário

situado em 1,5%. Conciliar esses dois desafios (estabilidade e crescimento) seria a meta, conforme acrescentou, da equipe econômica do governo Lula.

Os senadores pelo PSDB Eduardo Azeredo (MG) e Flexa Ribeiro (PA) – que também estiveram lá em missão oficial no final de janeiro – endossaram as palavras de Suplicy sobre o progresso econômico chinês. Já o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) questionou a postura do governo chinês em relação aos direitos



China conseguiu conciliar estabilidade econômica com crescimento, frisa Suplicy

humanos, à liberdade de imprensa e às garantias do trabalhador. O petista admitiu que as liberdades democráticas praticadas aqui e lá estão em graus distintos, mas sustentou que o Brasil tem muito a aprender com a China.

Voto de solidariedade aos imigrantes perseguidos

O Senado aprovou ontem requerimento da Comissão de Relações Exteriores (CRE) solicitando que sejam apresentados votos de solidariedade para com todos os que sofrem perseguições em virtude de sua condição de imigrante e para com os valores democráticos e liberdades defendidos pelos pais fundadores (*founding fathers*, na expressão em inglês que identifica os mentores da criação do país) dos Estados Unidos da América, valores esses que podem estar ameaçados por medidas arbitrárias sob a égide das necessidades de segurança.

A comissão se manifestou a

partir de requerimento apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que sugeria ao governo dos Estados Unidos e ao Congresso norte-americano que revissem as anunciadas medidas contra imigrantes, como a ampliação do muro construído na fronteira com o México, o grande aumento de efetivos militares na fronteira e o uso de sofisticadas técnicas de patrulhamento e repressão para deter o fluxo migratório. Para Suplicy, as medidas seriam “draconianas”.

O senador argumentou que a nação dos Estados Unidos da América foi construída por imi-

grantes que vieram dos quatro cantos do globo e que, em toda sua história, os Estados Unidos se caracterizaram como o país que acolhia com generosidade os estrangeiros. Além disso, diz o senador na justificativa do requerimento, “os imigrantes desempenham papel positivo e relevante na economia norte-americana, já que realizam trabalhos e tarefas essenciais que normalmente são rejeitados por cidadãos do país”.

– Se eles desejam a integração, isso tem que se fazer não apenas do ponto de vista dos bens e serviços, mas também dos seres humanos – observou Suplicy.

Sibá quer voto de aplauso para Marina Silva por prêmio da ONU

Sibá Machado (PT-AC) cumprimentou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, pelo prêmio Campeões da Terra 2007, concedido pela Organização das Nações Unidas (ONU) a personalidades que se destacaram mundial e regionalmente em defesa do meio ambiente.

– Quero parabenizar a ministra Marina Silva, que vai receber o maior prêmio da ONU na área ambiental – disse Sibá, suplente em exercício do mandato cujo titular é a ministra.

O senador ressaltou o trabalho pela preservação da floresta amazônica e pela valorização das comunidades locais e tradicionais da região. Ele comentou ainda a coincidência da data de divulgação do prêmio com



Sibá ressalta trabalho do ministério pela preservação da floresta amazônica

a apresentação do relatório da Convenção-Quadro sobre Mudança Climática de Paris, que concluiu serem as ações humanas a principal causa das mudanças climáticas. Segundo o relatório, haverá mais chuvas e aumento do nível do mar provocado pelo derretimento de geleiras.

PSB e PT propõem subcomissão para avaliar aquecimento global

O Senado pode ter uma subcomissão para acompanhar os desdobramentos e as providências no Congresso, no Executivo e em outras instâncias nacionais e internacionais quanto ao 4º relatório da Convenção Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Esse documento faz um alerta a todos os países sobre os riscos de um aquecimento global sem precedentes.

A proposta para instituir a subcomissão, vinculada à

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), foi feita por Renato Casagrande (PSB-ES), indicado líder da bancada de seu partido.

O assunto foi discutido também em reunião da bancada do PT. A líder do partido, Ideli Salvatti (SC), informou que o senador Sibá Machado foi designado para manter entendimento com as demais bancadas para formar essa subcomissão.

Planejamento pode afastar riscos ao Pólo de Manaus, afirma Virgílio

Ao registrar que, durante o lançamento do novo sistema operacional da Microsoft, o Windows Vista, o presidente do conselho de administração da empresa, Bill Gates, previu que em cinco anos a televisão será absorvida pela internet, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) alertou sobre a necessidade de planejamento para que o Pólo Industrial de Manaus possa acompanhar a velocidade dos avanços tecnológicos.

– O país perdeu muito tempo por omissão, negligência ou por mera ingenuidade, o que traduzo como falta de planejamento – disse o senador.

Para Arthur Virgílio, essa postura levou a um retrocesso em



Falta de planejamento do país levou a um retrocesso em infra-estrutura, diz Virgílio

infra-estrutura. Na avaliação do parlamentar, para afastar riscos de gargalos na revolução industrial e tecnológica no Amazonas, o planejamento impõe-se como pré-requisito para a continuidade dos avanços do Pólo Industrial de Manaus.